cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.05.17 07:02:07 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 17 de maio de 2023 • Nº 1561 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

PRIMEIRO TRIMESTRE

Lucro 'astronômico' dos bancos recua 6%

A temporada de balanços do primeiro trimestre dos grandes bancos mostrou uma postura conservadora na concessão de crédito, em meio a um cenário de juros altos e endividamento de famílias e empresas que pressiona os índices de inadimplência e reduz o poder de compra. Na avaliação dos próprios bancos, a tendência é que a cautela prossiga ao longo dos próximos meses, frente a um ambiente macroeconômico que continua desafiador e impede a adoção de estratégias mais arrojadas.

Como reflexo da atuação mais tímida, em conjunto, os quatro grandes bancos -Itaú, Bradesco, Santander e BB- reportaram um lucro líquido de R$ 23,3 bilhões no primeiro quarto do ano, o que corresponde a uma queda de 6% em relação ao mesmo período de 2022. recuarem 37% e 46%, respectivamente. Eles são bancos mais expostos a clientes de baixa renda e viram um aumento expressivo da inadimplência pressionando os resultados, diz Pedro Gonzaga, analista da Mantaro Capital. PÁGINA 2

PPI

Petrobras acaba com paridade dos preços dos combustíveis

TOMAZ SILVA/ABRASIL

A Petrobras divulgou, ontem, sua nova política de preços de combustíveis, em substituição à PPI (paridade de importação), que definia reajustes da gasolina e do diesel com base em simulações sobre o custo de importação dos produtos. O novo modelo deixa de considerar o custo de importação e mira a busca por clientes e o custo de oportunidade de venda dos produtos, como já vinha sinalizando o presidente da estatal, Jean Paul Prates (**foto**). A expectativa é que contribua para reduzir os preços no país. A Petrobras não deixará de acompanhar as cotações internacionais do petróleo e seus derivados e diz que os reajustes continuarão sem periodicidade definida, "evitando o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio". Em comunicado, Prates repetiu que a estratégia comercial tornará a Petrobras mais eficiente e competitiva, atuando com mais flexibilidade para disputar mercados com seus concorrentes. PÁGINA 2

CRIME SEM CASTIGO

PEC da Anistia é aprovada na CCJ e avança na Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem a PEC da Anistia, proposta de emenda à Constituição que promove o maior perdão da história a partidos políticos. Apoiada por ampla maioria de partidos, incluindo os líderes do governo, José Guimarães (PT-CE), e da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ), a proposta recebeu o aval de 45 deputados da comissão, com 10 votos contrários. Na sessão, apenas os deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Tarcísio Motta (PSOL-RJ), Kim Kataguiri (União Brasil-SP), Adriana Ventura (Novo-SP) e Gilson Marques (Novo-SC) se manifestaram, nos discursos, contra a PEC. O PT de Lula e o PL de Jair Bolsonaro se manifestaram a favor, nas falas dos deputados Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente nacional do partido, e Éder Mauro (PL-PA). A CCJ é o primeiro passo de tramitação e, em tese, analisa apenas a constitucionalidade e juridicidade das medidas. PÁGINA 3

ENERGIA

Ministro não descarta intervenção na Light

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse não estar descartada a hipótese de uma intervenção federal na Light, companhia de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica que abastece 31 cidades do Rio de Janeiro e que, na última sexta-feira, apresentou um pedido de recuperação judicial à 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). "Todas as possibilidades estão abertas", respondeu Silveira ao ser perguntado, ontem, sobre a possibilidade de uma intervenção na Light, que informa ter uma dívida de cerca de R$ 11 bilhões. A 3ª Vara Empresarial aceitou o pedido de recuperação judicial feito pela companhia na última semana. Mesmo em meio a dificuldades financeiras, a Light tenta convencer o governo a antecipar a renovação da concessão para que a empresa siga distribuindo energia para milhões de consumidores das 31 cidades. PÁGINA 4

LAVA JATO

TSE cassa mandato de Deltan Dallagnol por unanimidade

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) cassou, por unanimidade, o registro da candidatura e, consequentemente, o mandato de deputado federal de Deltan Dallagnol (Podemos-PR) (**foto**), ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato. A ação é decorrente de representação da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e do PMN, que alegaram que Deltan não poderia ter deixado a carreira de procurador da República para entrar na política porque respondia a sindicâncias, reclamações disciplinares e pedidos de providencias junto ao CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). PÁGINA 3

BALANÇO

Lucro do BNDES tem queda de 28% no 1º trimestre

O lucro líquido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no primeiro trimestre foi de R$ 1,7 bilhão, uma queda de 28,4% em comparação a igual período de 2022. Em relação ao último trimestre de 2022, a diminuição foi de 51%. Os dados foram divulgados ontem. Os desembolsos do banco no primeiro trimestre do ano somaram R$ 19,1 bilhões, 29% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, mas 44,8% abaixo dos últimos três meses de 2022. O setor da indústria foi o que mais recebeu desembolsos do banco, um total de R$ 6,1 bilhões, seguido pela infraestrutura, R$ 5,5 bilhões; comércio e serviços, R$ 3,8 bi; e agropecuária, R$ 3,7 bi. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,77% / 108.193,68 / -835,44 / Volume: R$ 28.457.507.635 / Negócios: 4.259.698

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	3.41	+8.25	+0.26
REDE D OR ON NM	27.800	+6.72	+1.750
RAIZEN PN N2	3.240	+3.18	+0.100
PETROBRAS PN N2	26.30	+2.49	+0.64
PETROBRAS ON N2	29.20	+2.24	+0.64

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	3.38	–22.83	–1.00
BRF SA ON NM	6.64	–9.17	–0.67
3R PETROLEUMON NM	30.440	–7.53	–2.480
CVC BRASIL ON NM	2.94	–6.67	–0.21
VIA ON NM	2.04	–6.42	–0.14

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	26.30	+2.49	+0.64
VALE ON NM	67.64	–2.06	–1.42
MAGAZ LUIZA ON NM	3.38	–22.83	–1.00
PETROBRAS ON N2	29.20	+2.24	+0.64
HAPVIDA ON NM	3.41	+8.25	+0.26

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.012,14	-1,01
NASDAQ Composite	12.343,052	-0,18
Euro STOXX 50	4.317,7	+0,06
CAC 40	7.406,01	-0,16
FTSE 100	7.751,08	-0,34
DAX 30	15.897,93	-0,12

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (03/05)	13,75%
Poupança 3 (16/5)	0,72%
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%

IGP-M	-0,95% (abr.)
IPCA	0,61% (abr.)
CDI 0,56	até o dia 16/mai.
OURO BM&F/grama	R$ 311,00
EURO Comercial	Compra: 5,3697 Venda: 5,3704

EURO turismo	Compra: 5,4116 Venda: 5,5916
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9116 Venda: 4,9122
DÓLAR comercial	Compra: 4,9432 Venda: 4,9432
DÓLAR turismo	Compra: 4,9473 Venda: 5,1273

MERCADOS

Bolsa fecha em queda e interrompe sequência de ganhos; dólar sobe

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda e interrompeu uma sequência de ganhos ontem, puxada por um tombo de mais de 20% nas ações da Magalu. Já o dólar teve alta e voltou ao patamar dos R$ 4,90.

O Ibovespa (Índice Bovespa) teve queda de 0,77%, chegando aos 108.193 pontos, enquanto o dólar subiu 1,06%, fechando o dia a R$ 4,942.

O índice chegou a registrar ganhos no início do dia, impulsionado especialmente pela Petrobras, que teve alta de 2,41% nas ações preferenciais e 2,48% nas ordinárias após a divulgação de sua nova política de preços de combustíveis.

Pesaram contra o Ibovespa, porém, as ações da Vale, que fecharam em queda de 2,17%, e da Magalu, que caíram quase 22,60% após a empresa ter reportado prejuízo no primeiro trimestre. As duas companhias estiveram entre as mais negociadas de sessão desta terça.

Em Nova York, o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq caíram 1,01%, 0,64% e 0,18%, respectivamente.

PRIMEIRO TRIMESTRE

Lucro 'astronômico' dos bancos recua 6%

A temporada de balanços do primeiro trimestre dos grandes bancos mostrou uma postura conservadora na concessão de crédito, em meio a um cenário de juros altos e endividamento de famílias e empresas que pressiona os índices de inadimplência e reduz o poder de compra.

Na avaliação dos próprios bancos, a tendência é que a cautela prossiga ao longo dos próximos meses, frente a um ambiente macroeconômico que continua desafiador e impede a adoção de estratégias mais arrojadas.

"O crescimento do crédito no primeiro trimestre já foi bem mais modesto em comparação aos últimos resultados", afirma Luis Miguel Santacreu, analista da Austin Rating. Segundo o especialista, esse direcionamento decorre de uma série de fatores, como o aumento no número de empresas em dificuldades financeiras e os efeitos da política monetária sobre a economia.

Como reflexo da atuação mais tímida, em conjunto, os quatro grandes bancos -Itaú, Bradesco, Santander e BB (Banco do Brasil)- reportaram um lucro líquido de R$ 23,3 bilhões no primeiro quarto do ano, o que corresponde a uma queda de 6% em relação ao mesmo período de 2022.

A queda foi puxada por Bradesco e Santander, que viram os lucros recuarem 37% e 46%, respectivamente. Eles são bancos mais expostos a clientes de baixa renda e viram um aumento expressivo da inadimplência pressionando os resultados, diz Pedro Gonzaga, analista e sócio da gestora Mantaro Capital.

A diminuição dos lucros não foi maior devido à alta de 30% e 14,6% nos lucros de BB e Itaú. Enquanto o BB se beneficia da exposição ao agro, o Itaú soube trabalhar o atual ciclo de crédito de forma mais assertiva, com uma redução na concessão para classes de menor renda que resultou em um resultado melhor da inadimplência, diz Gonzaga.

JUROS

FMI apoia arcabouço fiscal e política do BC

O FMI (Fundo Monetário Internacional) apoiou o governo nos seus planos de um novo arcabouço fiscal, a política monetária do Banco Central e a ampliação da base tributária em nota divulgada ontem.

Técnicos do organismo internacional se reuniram na manhã de ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para uma avaliação periódica que faz dos países-membros.

"Apoiamos fortemente o compromisso das autoridades em melhorar a posição fiscal brasileira. Reforçar o arcabouço fiscal, ampliar a base tributária e enfrentar a rigidez dos gastos apoiariam a sustentabilidade e a credibilidade e, ao mesmo tempo, proporcionariam flexibilidade, inclusive para atender novos gastos prioritários", disse, em nota, o FMI após o encontro.

O relatório do projeto que altera as regras fiscais brasileiras foi apresentado nesta terça pelo deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), relator do texto. A sua expectativa é aprovar a urgência do projeto hoje e o texto como um todo na próxima semana.

No texto, o fundo também defende a política monetária do Banco Central, que foi atacado insistentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por manter os juros em 13,75% ao ano.

"A política monetária é consistente com a redução da inflação para a meta, em linha com o regime de metas para a inflação que tem servido bem ao Brasil", avaliou o FMI.

"Baixar a inflação é crucial para proteger as famílias vulneráveis, que são as mais prejudicadas pela inflação alta", afirmou, em nota.

Para o FMI, a inflação diminuiu rapidamente em relação ao pico atingido no ano passado, mas seu núcleo continua alto e as expectativas passaram a subir gradativamente. "A inflação deve convergir para a meta até meados de 2025."

PPI

Petrobras elimina paridade nos preços dos combustíveis

A Petrobras divulgou, ontem, sua nova política de preços de combustíveis, em substituição à PPI (paridade de importação), que definia reajustes da gasolina e do diesel com base em simulações sobre o custo de importação dos produtos.

O novo modelo deixa de considerar o custo de importação e mira a busca por clientes e o custo de oportunidade de venda dos produtos, como já vinha sinalizando o presidente da estatal, Jean Paul Prates. A expectativa é que contribua para reduzir os preços no país.

A Petrobras não deixará de acompanhar as cotações internacionais do petróleo e seus derivados e diz que os reajustes continuarão sem periodicidade definida, "evitando o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio".

Em comunicado, Prates repetiu que a estratégia comercial tornará a Petrobras mais eficiente e competitiva, atuando com mais flexibilidade para disputar mercados com seus concorrentes.

"Vamos continuar seguindo as referências do mercado, sem abdicar das vantagens competitivas de ser uma empresa com grande capacidade de produção e estrutura de escoamento e transporte em todo o país", afirmou.

Pouco após o anúncio da Petrobras, a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou um convite para Prates falar sobre o tema. A audiência pública ainda não tem data. O pedido foi feito pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), mas contou com o apoio de Rogério Carvalho (PT-SE), ex-colega de bancada de Prates no Senado.

A política do PPI foi implantada no governo Michel Temer, como estratégia para blindar a estatal contra ingerências políticas após um período de represamento de preços que trouxe grandes prejuízos à companhia durante a campanha para a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014.

Seus críticos, porém, diziam que a política penalizava o consumidor ao repassar para o mercado interno custos como o transporte dos combustíveis até o país e as volatilidades do mercado internacional de petróleo.

No comunicado distribuído ontem, a Petrobras defende que a nova política "mantém um patamar de preço que garante a realização de investimentos previstos no Planejamento Estratégico, sob a premissa de manutenção da sustentabilidade financeira da companhia".

"A Petrobras reforça seu compromisso com a geração de valor e com sua sustentabilidade financeira de longo prazo, preservando a sua atuação em equilíbrio com o mercado", completa a companhia.

Os reajustes continuarão a ser definidos por um grupo formado por dois diretores e pelo presidente da estatal, com acompanhamento do conselho de administração, que é hoje mais alinhado ao governo do que em gestões anteriores.

A empresa não divulgou uma fórmula de precificação dos combustíveis. Diz que os valores serão definidos com base nas alternativas de suprimento, ou seja, a concorrência, e no custo de oportunidade, isto é, por até qual valor a estatal poderia vender o produto.

Claudio Schlosser, diretor de Logística, Comercialização e Mercados, diz no comunicado que o modelo vai considerar a participação da Petrobras e o preço competitivo em cada mercado e região, a otimização dos ativos de refino e a rentabilidade de maneira sustentável.

O fim do PPI era promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), depois de um ano em que os preços dos combustíveis atingiram recordes históricos no país, em resposta à escalada das cotações internacionais após o início da guerra na Ucrânia.

Logo após o anúncio, Lula publicou em redes sociais um vídeo da época da campanha, no qual prometeu "abrasileirar" os preços dos combustíveis? "Alguém aí na sua casa ganha em dólar? Seu salário sobe quando o dólar sobe? Então porque a Petrobras está reajustando o preço da gasolina em dólar?", questionava.

A mudança foi comemorada nesta terça por sindicatos que apoiaram a campanha do presidente da República. "Depois de quase sete anos assombrando o povo brasileiro, o pesadelo chega ao fim", disse o coordenador-geral da FUP (Federação Única dos Petroleiros), Deyvid Bacelar

Petrobras reduz preços de gasolina, diesel e gás de cozinha

Logo após divulgar mudanças em sua política de preços dos combustíveis, a Petrobras anunciou ontem reduções nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, confirmando informações que haviam sido vazadas pelo governo na semana passada.

O preço da gasolina nas refinarias da estatal vai cair 12,6%, ou R$ 0,40 por litro. O preço do diesel será reduzido em 12,8%, ou R$ 0,44 por litro. Já o preço do gás de cozinha cairá 21,3%, ou R$ 8,97 por botijão de 13 quilos.

Os novos valores entram em vigor hoje e já refletem a nova política de preços, que abandonou o conceito de paridade de importação, que simula quanto custaria para importar os produtos.

O repasse para o consumidor, porém, depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos. No caso da gasolina, parte do ganho será compensado pelo aumento do ICMS, no início de junho.

Segundo a Petrobras, seu preço de venda da gasolina nas refinarias será de R$ 2,78 por litro. Considerando os outros componentes do preço, como impostos e o etanol anidro, a empresa estima que o preço médio final fique em torno de R$ 5,20 por litro.

Em junho, porém, entra em vigor a novo modelo de cobrança do ICMS, que terá alíquota única em todo o país. De acordo com projeção do consultor Dietmar Schupp, especialista em tributação de combustíveis, a mudança representa aumento médio de R$ 0,20 por litro.

No caso do diesel, diz a estatal, o preço médio de venda nas refinarias vai a R$ 3,02 por litro. Considerando impostos e biodiesel, a empresa espera um preço médio final de R$ 5,18 por litro, com o produto voltando a custar menos do que a gasolina pela primeira vez desde junho de 2022.

Os preços internos dos combustíveis estão bem superiores às cotações internacionais, segundo estimativa da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis). No caso da gasolina, por exemplo, a diferença era de R$ 0,36 por litro na abertura do mercado desta terça.

Considerando apenas as refinarias da Petrobras, a diferença era de R$ 0,42 por litro. No caso do diesel, calcula a Abicom, o preço interno era negociado com ágio médio de R$ 0,23 por litro. Nas refinarias da estatal, o ágio era de R$ 0,28 por litro.

BALANÇO

Lucro do BNDES tem queda de 28% no primeiro trimestre

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O lucro líquido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no primeiro trimestre foi de R$ 1,7 bilhão, uma queda de 28,4% em comparação a igual período de 2022. Em relação ao último trimestre de 2022, a diminuição foi de 51%. Os dados foram divulgados ontem.

Os desembolsos do banco no primeiro trimestre do ano somaram R$ 19,1 bilhões, 29% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, mas 44,8% abaixo dos últimos três meses de 2022.

O setor da indústria foi o que mais recebeu desembolsos do banco, um total de R$ 6,1 bilhões, seguido pela infraestrutura, R$ 5,5 bilhões; comércio e serviços, R$ 3,8 bilhões; e agropecuária, R$ 3,7 bilhões.

De acordo com o BNDES, o recuo no lucro do banco decorreu principalmente da devolução antecipada, em novembro de 2022, de R$ 45 bilhões do caixa da instituição ao Tesouro Nacional.

"No ano passado, em novembro, o BNDES devolveu antecipadamente ao Tesouro R$ 45 bilhões, ou seja, ele devolveu antes de receber esses recursos dos clientes. Isso provocou um descasamento. Quando você tira R$ 45 bilhões de um caixa de um banco, você perde uma receita bastante expressiva da rentabilidade", destacou o diretor da área financeira do BNDES, Alexandre Abreu.

O diretor afastou ainda a hipótese de o lucro menor no primeiro trimestre de 2023 ter relação com a mudança na direção do banco, em razão do novo governo eleito. "A maioria dos diretores assumiram em fevereiro e março, então não daria tempo. Todos os fatores que motivaram a queda [no lucro] advém de situações pretéritas", disse.

"O principal (para a queda no lucro) é a diminuição do caixa do BNDES. Você deixa de ter R$ 45 bilhões no caixa, você perde receita em volume significativo", reafirmou.

Os diretores reafirmaram a projeção de o banco dobrar os desembolsos até 2026 e chegar a cerca de 2% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) - atualmente esse número é de aproximadamente 1% do PIB ou R$ 100 bilhões por ano.

A nadimplência - dívidas não pagas por mais de 90 dias - manteve-se em patamar baixo, oscilando de 0,13%, em 31 de dezembro de 2022, a 0,06%, em 31 de março de 2023, inferior à inadimplência do Sistema Financeiro Nacional (3,33% geral e 0,53% para grandes empresas, ambas na mesma data).

RECURSOS FISCAIS

Carf suspende sessões após greve de fiscais da Receita

O Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) suspendeu nesta terça-feira todos os nove julgamentos da semana. O motivo é a adesão dos conselheiros representantes da Fazenda ao movimento grevista da Receita. Na pauta das turmas estavam em jogo cerca de R$ 20 bi em débitos tributários questionados pelas empresas no Carf. No primeiro dia de paralizações na Receita, os auditores-fiscais optaram por protestar contra a falta de investimento em tecnologia e não utilizaram os computadores do órgão. Outras ações de mobilização estão sendo discutidas, segundo os fiscais. A greve é uma resposta dos servidores à quebra de um acordo feito com o governo em que seriam liberados recursos para o pagamento de bônus por eficiência.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 24º 12º 5% 06:32 17:32 **OUTONO:** Dia de sol com algumas nuvens. Noite nublada.

LAVA JATO

TSE cassa mandato de Deltan Dallagnol por unanimidade

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) cassou, por unanimidade, o registro da candidatura e, consequentemente, o mandato de deputado federal de Deltan Dallagnol (Podemos-PR), ex-coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato.

A ação é decorrente de representação da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) e do PMN, que alegaram que Deltan não poderia ter deixado a carreira de procurador da República para entrar na política porque respondia a sindicâncias, reclamações disciplinares e pedidos de providencias junto ao CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). O CNMP fiscaliza os deveres funcionais dos integrantes do MP.

Deltan pediu exoneração em novembro de 2021 com planos de disputar um cargo eletivo, em movimento similar ao do ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro. Disse que foi uma escolha para "fazer mais, fazer melhor e fazer diferente diante do desmonte do combate à corrupção que está acontecendo".

Em julgamento anterior, o TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná) havia rejeitado os pedidos dos adversários de Deltan e deu andamento à diplomação, etapa final do processo eleitoral e que permitiu a posse no Congresso no início do ano.

A base da acusação foi a Lei da Ficha Limpa, que prevê a inelegibilidade de membros do MP que pediram "exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar". Se configurada, a inelegibilidade é por um prazo de 8 anos.

A reclamação disciplinar é um procedimento investigativo de notícia de falta disciplinar atribuída a membro do MP. Ela poderá ser arquivada se o fato não constituir infração disciplinar ou ilícito penal, ou a corregedoria pode abrir sindicância para o aprofundamento da apuração.

Os autores das representações alegaram que o ex-procurador da Lava Jato antecipou sua exoneração para se livrar de 15 procedimentos então em andamento no conselho que poderiam eventualmente motivar a abertura de PADs -Deltan havia respondido a dois PADs relacionados a sua atuação e a ele foram impostas, em 2019, as sanções de menor gravidade, advertência e censura.

Adversários de Deltan também alegaram a sanção imposta ao ex-procurador pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que o condenou a devolver R$ 2,8 milhões gastos com passagens aéreas e diárias pela força-tarefa da Lava Jato. A Justiça Federal no Paraná, porém, derrubou a sentença.

A Justiça Eleitoral no Paraná entendeu que, no momento da exoneração, Deltan não respondia processo administrativo disciplinar, embora tramitassem outros procedimentos no CNMP.

A PGE (Procuradoria-Geral da Eleitoral) opinou pelo registro da candidatura de Deltan sob o argumento que a figura do PAD não se confude com "os procedimentos de investigação dos fatos, como a sindicância, a reclamação disciplinar e o pedido de providências, que não são aptos, por si, a gerar imposição de sanção administrativa".

"Esses procedimentos podem levar, antes, à instauração do processo administrativo disciplinar - este sim previsto na norma de inelegibilidade", afirmou o vice-PGE, Paulo Gonet Branco.

Relator do caso no TSE, o ministro Benedito Gonçalves apresentou um voto com críicas severas a Deltan. Afirmou que o ex-procurador deixou o cargo com o objetivo de driblar inelegibilidade.

"O pedido de exoneração teve o propósito claro e específico de burlar a incidência da inelegibilidade", afirmou o ministro. "Referida manobra impediu que os 15 procedimentos administrativos em trâmite no CNMP em seu desfavor viessem a ensejar aposentadoria compulsória ou perda do cargo."

METRÔ

Sobe para R$ 500 mil indenização por reconhecimento facial

A Justiça paulista aumentou de R$ 100 mil para R$ 500 mil o valor a ser pago como indenização coletiva pela ViaQuatro, empresa que tem a concessão da linha 4-amarela do metrô de São Paulo, pela captação de imagens por câmeras de reconhecimento facial sem o consentimento de passageiros em 2018.

A decisão, em segunda instância, é da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A ação foi movida pelo Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), que pediu uma indenização total de R$ 100 milhões, por causa de anúncio da ViaQuatro sobre instalação de "portas de plataforma interativas" nas estações Luz, Paulista e Pinheiros, que teriam lentes com um sensor que "reconhece a presença humana e identifica a quantidade de pessoas que passam e olham para tela", segundo informou à época.

"Basicamente, os dados gerados são identificação de expressão de emoção (raiva, alegria, neutralidade) e características gerais que podem indicar se é um rosto feminino ou masculino", dizia comunicado, que depois ampliou a novidade para as estações República, Fradique Coutinho, Faria Lima e Butantã e incluiu no serviço uma estimativa de idade do passageiro.

Em nota, a concessionária afirmou que respeita a decisão, avalia a possibilidade de recurso e que o sistema não coletou dados pessoais.

No acórdão, de 44 páginas, do último dia 10, o desembargador Antonio Celso Faria, relator do recurso, criticou a captação de imagens para fins comerciais, que chamou de "muito reprovável".

"Principalmente considerando o incalculável número de passageiros que transitam pela plataforma da ré todos os dias", escreveu.

Na sua decisão, o magistrado afirmou que a ViaQuatro, como concessionária de serviço público, incumbe arcar com o risco das atividades econômicas que explora, especialmente por envolver os direitos fundamentais à intimidade, à privacidade, à imagem e à honra dos usuários, o que não ocorreu.

O desembargador considerou suficiente o valor de R$ 500 mil como indenização para reparar dano moral coletivo e para prevenir a prática do mesmo tipo de ilícito. Os desembargadores José Maria Câmara Júnior e Percival Nogueira também assinam a decisão, unânime.

No documento da Justiça, a empresa cita que o contrato publicitário era de cerca de R$ 3,8 milhões -o texto do acórdão não justifica se o valor é da época ou se foi corrigido pela inflação.

A ViaQuatro tem contrato de concessão da linha por 30 anos, desde 2006. Ao todo, 75% das ações da empresa pertencem ao grupo CCR.

A concessionária disse em nota nesta terça-feira que o sistema de portas interativas, instalado em 2018, e que funcionou por breve período -segundo o Idec, por seis meses, de abril a outubro daquele ano-, não era dotado de recursos para a coleta de dados pessoais.

A ViaQuatro afirmou ainda que o sistema não possuía memória ou qualquer ligação com banco de dados que permitisse o reconhecimento facial ou a identificação dos clientes.

"Se restringia a determinar atributos das imagens para fins de publicidade, conclusão técnica devidamente confirmada por perícia judicial efetuada em outro processo já concluído", afirmou.

De acordo com a empresa, os dados coletados eram anônimos e, posteriormente, descartados, preservando o direito à intimidade e à privacidade.

"Durante todo o período em que este processo tramita, nunca houve nenhuma constatação de que dados coletados tenham sido armazenados ou utilizados para quaisquer outros fins", disse.

"Nenhum cliente do serviço prestado pela ViaQuatro foi exposto em sua intimidade ou teve sua imagem violada", completou.

CRIME SEM CASTIGO

PEC que anistia partidos passa na CCJ e avança na Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem a PEC da Anistia, proposta de emenda à Constituição que promove o maior perdão da história a partidos políticos.

Apoiada por ampla maioria de partidos, incluindo os líderes do governo, José Guimarães (PT-CE), e da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ), a proposta recebeu o aval de 45 deputados da comissão, com 10 votos contrários.

Na sessão, apenas os deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Tarcísio Motta (PSOL-RJ), Kim Kataguiri (União Brasil-SP), Adriana Ventura (Novo-SP) e Gilson Marques (Novo-SC) se manifestaram, nos discursos, contra a PEC.

O PT de Lula e o PL de Jair Bolsonaro se manifestaram a favor, nas falas dos deputados Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente nacional do partido, e Éder Mauro (PL-PA).

A CCJ é o primeiro passo de tramitação e, em tese, analisa apenas a constitucionalidade e juridicidade das medidas. Agora, será instalada uma comissão especial, último passo antes da votação em plenário, onde precisa do voto de ao menos 308 dos 513 parlamentares.

Em sua fala, Gleisi Hoffmann defendeu o partido das críticas por apoiar a medida mesmo historicamente sendo a favor das cotas de gênero e raça.

A presidente nacional do PT disse que o partido reafirma seu compromisso com a política de cotas e que irá apresentar emendas ao projeto na comissão especial e em plenário.

"Na discussão do conteúdo, a gente vai poder melhorar e muito o texto", afirmou, propondo, entre outros pontos, que partidos percam vagas no Legislativo se não cumprirem as cotas.

Em defesa da proposta, ela afirmou que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) estaria aplicando multas inexequíveis aos partidos e que não há regras claras sobre o uso das verbas públicas repassadas às legendas.

Como mostrou a Folha de S.Paulo nesta terça, a PEC da Anistia tem causado constrangimento interno no partido por contrariar bandeiras erguidas pelo PT.

DEPOIMENTO

PF questiona Bolsonaro de mensagens com golpistas

A Polícia Federal questionou Jair Bolsonaro sobre mensagens golpistas que teriam sido enviadas diretamente a ele pelo militar da reserva e ex-deputado estadual Ailton Barros (PL-RJ). Bolsonaro depôs ontem no inquérito que apura fraudes em seu cartão de vacina. A PF quebrou o sigilo telemático do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o coronel Mauro Cesar Cid. Com isso, identificou prints enviados por Ailton Barros a Cid que seriam de mensagens que ele teria enviado a Bolsonaro, identificado como o contato "PR01".No texto que Ailton disse a Cid ter enviado ao "PR01", ele teria informado a Bolsonaro que grupos golpistas tentaram sondá-lo para saber a postura de Bolsonaro a respeito de um movimento que estaria sendo organizado para o dia 31 de março de 2022. A ideia seria acampar em Brasília "até os 11 ministros do STF saírem de suas cadeiras!". Ailton afirma que tinha dado "uma desculpa" para encerrar a ligação. E seguiu: "Dá pra operar nestes Gp(s) (grupos) para as pautas deles serem do meu interesse. Ex: pau no corno do Xandão sempre; bicha velha pelancuda na questão das urnas eletrônicas; impeachment do corno do Xandão que está engavetado no Senado.

MEIO AMBIENTE

Marina alerta para destruição irreversível da Amazônia

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (**foto**), defendeu que a base de referência da Cúpula da Amazônia seja o chamado "ponto de não retorno", limiar crítico a partir do qual as mudanças climáticas deixam de ser reversíveis. Segundo ela, esse termo dará maior abrangência à política comum para o desenvolvimento sustentável, a ser construída durante o encontro que reunirá os chefes de Estado dos oito países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A proposta foi apresentada ontem durante o Seminário Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, no Itamaraty – evento que segue até o dia 18, promovendo debates entre representantes de governo e da sociedade civil, com o objetivo de unificar discursos para a apresentação da proposta brasileira durante a Cúpula da Amazônia, nos dias 8 e 9 de agosto em Belém (PA).

"Precisamos muito dessas boas ideias e dessas propostas colocadas aqui", disse Marina Silva após ouvir as primeiras participações durante a abertura do seminário. De acordo com a ministra, a reunião de chefes de Estado da OTCA quebrará uma lógica muito comum a eventos desse tipo.

"Geralmente a gente faz um evento que reúne presidentes, e todos apresentam ideias, sugestões e propostas. Mas com raras exceções conseguimos dar sequência aos necessários desdobramentos. Precisamos quebrar essa lógica e trabalhar com a lógica dos encaminhamentos, e dar um novo estamento para esses momentos grandiloquentes", acrescentou.

Segundo ela, o novo estamento (condição) levará em conta o fato de os países integrantes da OTCA estarem vivendo um "período que é muito rico" e de oportunidades. "Em primeiro lugar, por termos (no Brasil) um presidente que goza de acolhimento e respeito (entre seus pares dos demais países). Todos acolhem sua liderança, e o Brasil pode fazer um papel muito importante, fazendo essa quebra de paradigma para pensarmos o desenvolvimento em uma das regiões mais importantes e sensíveis do planeta".

NÃO RETORNO

"Para pensar a Amazônia, temos como base de referência a questão do ponto de não retorno. Não podemos ultrapassar 20% de destruição da Amazônia sob pena de ela entrar em ponto de não retorno.

Isso seria apenas um enunciado genérico, mas esse painel estabeleceria as bases para o que seria uma ação conjunta, onde poderemos tomar emprestado os termos da Convenção do Clima", disse a ministra referindo-se ao termo que foi criado tendo como referência o planeta como um todo, e não especificamente a Amazônia.

A ideia da ministra é mostrar que os países amazônicos estarão embaixo de um "guarda-chuva" com princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, em que cada um vai dar a sua contribuição para evitar que a Amazônia entre em ponto no qual a situação fique irreversível. "Não podemos ultrapassar um 1,5ºC de aumento da temperatura da Terra, nem ultrapassar 20% de destruição da Amazônia, sob pena de ela entrar em ponto de não retorno. Do mesmo jeito que, em 1992, mais de 170 países se reuniram [durante a ECO 92, no Rio de Janeiro] para evitar o ponto de não retorno em relação ao clima, os oito presidentes da República podem se reunir agora para evitar o ponto de não retorno em relação à destruição da Floresta Amazônica", completou.

APLICATIVO

Prefeitura prorroga prazo de inscrição obrigatória no SPTaxi

A Prefeitura de São Paulo adiou o prazo para que taxistas cadastrem-se no aplicativo SPTaxi, que se tornou obrigatório para a renovação do alvará e a emissão do cadastro profissional (Condutax).

Os profissionais agora terão um mês a mais, até 16 de agosto, para se inscrever na plataforma. A punição para quem não se cadastrar no SPTaxi até o novo prazo é o bloqueio do alvará.

Na portaria que adiou o prazo de inscrição, o diretor do DTP (Departamento de Transportes Públicos) da capital, Roberto Cimatti, diz que houve uma sobrecarga no sistema de atendimento eletrônico do SPTaxi. Há também atrasos na instalação de equipamentos nos veículos -desde que o aplicativo se tornou obrigatório, todos os taxistas devem instalar uma máquina que conecta os taxímetros à internet.

O app municipal se tornou alvo de reclamações dos taxistas por causa de um contrato que eles devem assinar com a empresa Taksim, que venceu a licitação para administrar a ferramenta. Entre as reclamações da categoria está a cobrança de uma multa de R$ 500 mil em caso de violação do equipamento, além de preocupação com a segurança e o uso dos dados que serão coletados.

Na semana passada, a Justiça de São Paulo determinou que a prefeitura use cadastros diferentes para as funções do aplicativo SPTaxi. A decisão, da 14ª Vara de Fazenda Pública, diz que o cadastro usado para renovar alvarás e obter o Condutax não pode obrigar motoristas a aceitarem corridas do app.

Na ocasião, o juiz Randolfo Ferraz de Campos, da 14ª Vara, entendeu que pode haver ilegalidade se o aplicativo usar o cadastro obrigatório, necessário para obter documentos oficiais, para inscrever os taxistas no app de corrida. Ele deu prazo de 20 dias para que a prefeitura faça a separação dos cadastros.

A prefeitura diz que os taxistas não são obrigados a usar o aplicativo. O SPTaxi poderia ficar desativado e, nesse caso, a taxa de 10,97% do valor da corrida, destinada à Taksim, não seria cobrada.

Na última quinta-feira, a gestão Ricardo Nunes (MDB) afirmou que não havia sido notificada da decisão. A prefeitura não se manifestou no processo desde então.

OUTONO: Sol com muitas nuvens. Possibilidade de chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 26º 15º 85% 06:20 17:20

ENERGIA

Ministro diz que intervenção na Light é possibilidade em aberto

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse não estar descartada a hipótese de uma intervenção federal na Light, companhia de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica que abastece 31 cidades do Rio de Janeiro e que, na última sexta-feira, apresentou um pedido de recuperação judicial à 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

"Todas as possibilidades estão abertas", respondeu Silveira ao ser perguntado, ontem, sobre a possibilidade de uma intervenção na Light, que informa ter uma dívida de cerca de R$ 11 bilhões.

A 3ª Vara Empresarial aceitou o pedido de recuperação judicial feito pela companhia na última semana.

Mesmo em meio a dificuldades financeiras, a Light tenta convencer o governo a antecipar a renovação da concessão para que a empresa siga distribuindo energia para milhões de consumidores das 31 cidades fluminenses em que opera atualmente.

A concessão do serviço à Light se encerra em junho de 2026, mas a legislação brasileira permite que as empresas manifestem o interesse em renovar o contrato. O prazo para que a Light apresente o pedido de renovação se encerra em 4 de junho deste ano. Caberá ao governo federal autorizar a prorrogação ou decidir relicitar a concessão.

EUA

Atirador de 18 anos mata 3 e fere 6 no Novo México

Três pessoas morreram e outras seis ficaram feridas após um atirador de 18 anos atacar uma área residencial na cidade de Farmington, no Novo México, no sudoeste dos EUA, na segunda-feira passada.

O episódio terminou com o jovem sendo morto pela polícia. Entre os feridos estão dois agentes que trocaram tiros com o agressor —ambos estão em condições estáveis.

A porta-voz da polícia Shanice Gonzales afirmou à agência de notícias Reuters que o atirador percorreu cerca de 400 metros a pé disparando indiscriminadamente em transeuntes antes de a polícia o alcançar.

Acredita-se que o suspeito, que não teve o nome revelado, tenha agido sozinho. A motivação do crime ainda é incerta, e as autoridades não divulgaram as identidades das vítimas nem o estado dos feridos.

Em um vídeo no Facebook, o chefe de polícia de Farmington, Steve Hebbe, afirmou que o suspeito usou ao menos três armas diferentes —incluindo um fuzil AR-15, de estilo militar e utilizado com frequência em ataques em massa— e saiu atirando a esmo. "Ao menos seis casas e três carros foram atingidos."

O episódio de violência levou escolas municipais a suspenderem as aulas até que o governo considerasse a situação controlada, o que aconteceu por volta das 13h de segunda-feira. Farmington tem cerca de 46 mil habitantes e é central para a indústria de energia fóssil. Cerca de 300 km a noroeste de Albuquerque, cidade mais populosa do estado, também é um importante destino de compras na região.

A localidade foi palco de ao menos um outro episódio de violência armada de grande repercussão nos últimos tempos. Em abril, policiais de Farmington mataram um homem armado e trocaram tiros com a esposa dele ao entrarem na casa errada para responder a um pedido de socorro de violência doméstica.

No Twitter, a governadora do Novo México, a democrata Michelle Lujan Grisham, fez um post no qual diz estar "profundamente triste pela violência trágica" e que o governo "não vai parar de combater a epidemia da violência por armas de fogo". Em nota, parlamentares do estado no Congresso afirmaram estar desolados, acrescentando que seguirão atuando para garantir que recursos federais estejam disponíveis.

"Embora o Congresso tenha agido para combater a violência por armas de fogo no último ano por meio do Ato Bipartidário para Comunidades Mais Seguras, hoje é um lembrete doloroso de que temos de fazer mais", escreveram os congressistas, todos os quais democratas. "Estamos comprometidos com a luta por medidas de segurança relacionadas a armas que deixarão os habitantes do Novo México em segurança."

O caso desta segunda-feira foi o mais recente de ao menos 225 tiroteios em massa registrados nos Estados Unidos neste ano, de acordo com a ONG Gun Violence Archive. A entidade define um tiroteio em massa como qualquer evento em que quatro ou mais pessoas são feridas ou mortas, excluindo o atirador.

COMPLEXO DA PENHA

Músico é baleado e aulas são suspensas

As polícias Civil e Militar realizam uma operação no Complexo da Penha, zona norte do Rio de Janeiro, desde a madrugada de ontem. De acordo com as corporações, o objetivo é procurar criminosos que participaram da explosão da fachada de um banco no último dia 11.

Moradores relatam troca de tiros desde as 3h30. Um músico, identificado como Fábio Gomes, 42, foi baleado no braço. Em áudios divulgados nas redes sociais, ele pediu ajuda a amigos.

"Gente, estou dentro de casa, sou músico e fui baleado no braço. Estou precisando de ajuda. Não vou sair de casa porque podem achar que sou bandido", diz ele, que em seguida informa o endereço da residência.

Gomes, que é conhecido como Fabinho do Cavaco, foi socorrido por um mototaxista e levado para o hospital estadual Getúlio Vargas, na Penha. De acordo com a Secretaria de Saúde, o estado de saúde do músico é estável.

Em nota, a Polícia Civil afirmou que procura três chefes de facções de outros estados que estariam no local e teriam tentado assaltar a agência da Caixa Econômica Federal, quando nove criminosos foram presos. Também há operações policiais na Cidade de Deus, zona oeste, e no Jacarezinho, na zona norte.

Participam da operação equipes da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais e do Batalhão de Operações Especiais.

Por causa da ação, a Secretaria Municipal de Educação informou que 13 unidades escolares foram impactadas com aulas suspensas, afetando 4.621 alunos.

ITÁLIA

Polícia encontra quase 3 toneladas de cocaína em contêineres de bananas

A polícia do sul da Itália afirmou ontem que apreendeu 2.734 kg de cocaína em um porto na Calábria --quase três toneladas da droga sintética. A carga recorde apreendida naquele local custaria mais de 800 milhões de euros (cerca de R$ 4,3 bilhões), segundo a guarda responsável por crimes financeiros no país.

O carregamento vinha de Guayaquil, no Equador, e viajaria até a Armênia após navegar no Mar Negro e atracar no porto de Batumi, na Geórgia. A droga, porém, foi interceptada no porto de Gioia Tauro, no sul da Itália. Ali já foram apreendidas cerca de 37 toneladas de cocaína de janeiro de 2021 até hoje.

Com a ajuda de scanners especializados e um cão farejador, a polícia descobriu a carga ilegal em dois contêineres refrigerados com mais de 12 metros de comprimento, onde eram transportadas 78 toneladas de bananas. Mais de 30 militares foram convocados para transportar e destruir o material, segundo nota da polícia italiana.

Nos últimos dias, as autoridades disseram ter encontrado mais 600 kg de cocaína passando por Gioia Tauro em contêineres vindos da América do Sul e carregados de "frutas exóticas originárias do Equador". O destino dessas remessas, sempre escondidas em fundos falsos ou cavidades externas, eram Croácia, Grécia e Geórgia, além de outras partes da Itália. "'Os métodos de ocultação da droga mudam muitas vezes e estão sempre em evolução, obrigando os investigadores a aperfeiçoar as metodologias de operação de tempos em tempos", diz a nota.

Palco de um pujante tráfico de drogas, o Equador vê a violência crescer nos últimos meses. A taxa de homicídios saltou de 14 para 25 por 100 mil habitantes de 2021 para 2022, segundo o governo, e, ainda de acordo com as autoridades locais, mais de 420 detentos morreram em meio a massacres em penitenciárias.

A onda de violência foi a justificativa usada pelo presidente do equatoriano, Guillermo Lasso, para categorizar o terrorismo como uma ameaça ao Estado no começo deste mês, após classificar as gangues urbanas de grupos terroristas. Tal medida deve multiplicar as operações militares, que agora têm luz verde para patrulhar as ruas ao lado da polícia sem a necessidade de um estado de exceção.

AVENIDA BRASIL

Idosa cadeirante morre ao cair de ônibus

Uma idosa de 82 anos morreu depois de cair de um ônibus em movimento, no Rio de Janeiro, neste domingo passado. Bernadete Augusto dos Santos, que era cadeirante, e a filha, Solange Pedro dos Santos, 48, foram lançadas para fora do coletivo após uma das portas se abrir em uma curva na avenida Brasil, no Caju, na região central.

Elas foram socorridas por uma ambulância do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e levadas para o hospital Souza Aguiar, também no centro. Bernadete sofreu hemorragia interna e politraumatismo, e não resistiu aos ferimentos. A morte foi confirmada na noite segunda-feira passada.

A idosa será enterrada hoje no Cemitério do Caju. Solange teve alta ontem.

Mãe e filha tinham saído do Centro de Tradições Nordestinas, conhecido como Feira de São Cristóvão, na zona norte do Rio, onde foram comemorar o Dia das Mães. O acidente ocorreu na volta para casa, por volta das 19h, em um ônibus da viação Brasolisboa, da linha 209 (Caju/Candelária).

A Secretaria Municipal de Transportes disse que oficiou o consórcio responsável para que preste esclarecimentos sobre o caso e os procedimentos adotados.

Tangara Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
São convidados os Acionistas a participarem das Assembleias a serem realizadas na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º andar, sala 08, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, em primeira convocação, às 14h30, segunda convocação às 14:35 e terceira e ultima convocação às 14:40, do dia 30/05/2023, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31/12/2022; **(iii)** reeleger e/ou eleger os diretores; **(iv)** fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores; **(v)** deliberar sobre a redução do capital social; **(vi)** outros assuntos de interesse social. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor.
(17, 18 e 19/05/2023)

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIREFEIÇÕES-RJ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente edital, CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições à Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas e Afins de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam ou não associados, com base no Estatuto Social do SindiRefeições-RJ, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, com base no Estatuto Social, a realizar-se no dia 22 de maio de 2023, na Rua Carlos Chambelland, nº 256, Bairro Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ e em Continuidade nas portarias das Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições à Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas em todo Estado do Rio de Janeiro. Ocorrendo em primeira convocação às 08 horas, com quórum legal e as 08 horas e 30 minutos, em segunda e última convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação ou Não do pagamento da Contribuição Assistencial dos Empregados para o custeio das despesas de representação do SindiRefeições-RJ para fazer constar na Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024. Rio de Janeiro, 16/05/2023. Oziel Romualdo de Paula – Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIREFEIÇÕES-RJ.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente edital, CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições a Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas e Afins de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam ou não associados, com base no Estatuto Social do SindiRefeições-RJ, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, com base no Estatuto Social, a realizar-se no dia 22 de maio de 2023, na Rua Carlos Chambelland, nº 256, Bairro Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ e em Continuidade nas portarias das Empresas de Refeições Coletivas, Cozinhas Industriais, prestadores de serviço dentro da empresa tomadora ou em unidades externas para refeições a serem transportadas, Refeições Escolares, Refeições à Bordo de Aeronaves (Catering), Refeições a Bordo de Plataforma de Petróleo, Navios e Navios Sonda (offshore), Refeições Convênio, Cestas Básicas em todo Estado do Rio de Janeiro. Ocorrendo em primeira convocação, com quórum legal às 09 horas e 30 minutos e, em segunda e última convocação às 10 horas, com qualquer número de trabalhadores presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação da Pauta de Reivindicações com vistas à revisão salarial normativa com data-base em 1º de novembro de 2023, referente a Convenção Coletiva de Trabalho; b) Autorização para a Diretoria Negociar, Acordar e Celebrar a Convenção Coletiva de Trabalho, ou, em caso de frustração das negociações da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), Autorizar a instauração ou a defesa da Categoria em Dissídio Coletivo de Trabalho, perante o TRT da 1ª Região e c) Aprovação da Diretoria para assinar a CCT. Rio de Janeiro, 16/05/2023. Oziel Romualdo de Paula – Presidente.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO 06/2023
A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria nº 2621/ ESG, de 10 de mai 2023, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **Menor Preço por Grupo** tendo por finalidade **a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva.** A sessão pública será realizada no dia **24 de maio de 2023, às 09h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
CNPJ/MF nº 11.114.284/0001-63 - NIRE 333.0029.179-2
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28/04/23 1. DATA, HORA E LOCAL: Às 08:00 horas do dia 28/04/23, na sede da Casa & Vídeo S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do RJ, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares (Edifício City Tower) Centro, CEP 20.011-904. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos conselheiros da Companhia, conforme assinaturas lançadas em livro próprio. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos Duarte Santos, que convidou o Sr. Alessandro Luis Faria Maciel para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) aprovar ou não a recompra de 12.183.915 (doze milhões, cento e oitenta e três mil, novecentas e quinze) ações ordinárias de emissão da Companhia; (ii) aprovar ou não o cancelamento de 12.183.915 (doze milhões, cento e oitenta e três mil, novecentas e quinze) ações ordinárias mantidas em tesouraria, com redução do capital social; e (iii) aprovar ou não a prática pela Diretoria de todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações aprovadas, conforme o caso. **5. DELIBERAÇÕES:** Após discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar a recompra de até 12.183.915 (doze milhões, cento e oitenta e três mil, novecentas e quinze) ações ordinárias de sua própria emissão, por meio de contratos individuais a serem firmados com os beneficiários do Plano de Remuneração Baseado em Ações da Casa & Vídeo RJ S.A., atual Casa & Vídeo Brasil S.A, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 15/03/18 ("Plano de Ações"), para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação, nos termos do artigo 30 da Lei das S.A. ("Recompra"). 5.1.1. As aquisições de ações no âmbito da Recompra serão efetuadas mediante a utilização dos saldos da reserva equivalente a R$ 9.198.512,06 (nove milhões, cento e noventa mil e oito mil, quinhentos e doze reais e seis centavos), em conformidade com o disposto no artigo 30, § 1º, "b" da Lei das S.A.. 5.2. Aprovar o cancelamento de 12.183.915 (doze milhões, cento e oitenta e três mil, novecentas e quinze) ações ordinárias mantidas em tesouraria, adquiridas no âmbito da Recompra, com redução do valor do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo, nos termos dos artigos 12 e 173 da Lei das S.A. ("Cancelamento de Ações"). 5.2.1. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R$ 114.068.609,77 (cento e quatorze milhões, sessenta e oito mil, seiscentos e nove reais e setenta e sete centavos), dividido em 1.051.565.789 (um bilhão, cinquenta e um milhões, quinhentas e sessenta e cinco mil, setecentas e oitenta e nove) ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, para R$ 114.056.425,85 (cento e quatorze milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.039.381.874 (um bilhão, trinta e nove milhões, trezentas e oitenta e uma mil, oitocentas e setenta e quatro) ações ordinárias., todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. 5.2.2. Consignar que será oportunamente convocada Assembleia Geral Extraordinária para ajustar o valor do capital social e o número de ações em que se divide o capital social constante do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista o Cancelamento de Ações. 5.3. Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todos os documentos que se façam necessários à efetivação das deliberações acima tomadas pelo Conselho de Administração. **6. LAVRATURA DA ATA**: Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião e a presente ata foi assinada por todos os presentes. Mesa: Marcos Duarte Santos - Presidente; e Alessandro Luis Faria Maciel - Secretário. Conselheiros presentes: Marcos Duarte Santos, Cláudio José Carvalho de Andrade, Bernardo Vieira Hees e Gerard Peter Scheij. Diretor convidado: Ivo do Amaral Benderoth. Foi autorizada a publicação da ata com a omissão da assinatura dos mesmos, conferindo expressa anuência para que a presente ata seja firmada por meio de assinaturas eletrônicas através da plataforma *DocuSign*. Confere com a original lavrada em livro próprio. RJ, 28/04/23. **Alessandro Luis Faria Maciel** - Secretário da Mesa.

QUINTA DA BOAVISTA PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ 40.790.509/0001-08 NIRE 33.2.1125019-5
Instrumento Particular de 2ª Alteração da Sociedade
Delibera a redução do capital social no valor de R$ 1.647.189,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e oitenta e nove reais), com o cancelamento de 1.647.189 (um milhão, seiscentas e quarenta e sete mil, cento e oitenta e nove) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, passando o capital social de R$ 3.440.559,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta e nove reais) para R$ 1.793.370,00 (um milhão, setecentos e noventa e três mil, trezentos e setenta reais), dividido em 1.793.370 (um milhão, setecentas e noventa e três mil, trezentas e setenta) quotas, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada. **Sêneca S.A. – Sócia / Genilson Silva Melo – Diretor / Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro - Diretora**

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CONCER
CNPJ nº 00.880.446/0002-39
Aviso de Licença de Instalação nº 843/2011 - 1ª Renovação
A **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (CONCER)** torna público que recebeu do **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**, a renovação de sua Licença de Instalação - LI (**nº do Processo**: 02001.008463/2009-81), referente ao empreendimento e às obras de implantação da Nova Subida da Serra de Petrópolis, entre o km 82 e km 102 da BR-040/RJ, com 20 km de extensão que intercepta os municípios de Duque de Caxias e Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, com validade de com validade de 4 anos a contar a partir de 18 de janeiro de 2023.